



TRABALHOS PARA DISCUSSÃO

DE CLANDESTINOS A EMPREENDEDORES (Reflexões em torno do setor informal)

Maria do Socorro Pedrosa de Araújo

N. 203/2008

Junho/2008

Governo Federal
Ministério da Educação

Fundação Joaquim Nabuco
Diretoria de Pesquisas Sociais

A Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes) – que é parte integrante da Fundação Joaquim Nabuco, instituição criada por iniciativa de Gilberto Freyre, em 1949 – desenvolve estudos e pesquisas que buscam compreender e analisar a realidade do Norte e Nordeste do Brasil, nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, ambientais, educacionais, populacionais e culturais, através da produção, acumulação e difusão de conhecimentos que possam contribuir para elevar a qualidade de vida da população.

O objetivo da série Trabalhos para Discussão é submeter a debate textos resultantes de estudos realizados na Dipes, propiciando aos respectivos interessados o confronto de seus dados e de suas idéias com experiências, pontos de vista e opiniões da comunidade de interessados, razão pela qual têm sentido declaradamente preliminar e experimental, estando abertos a críticas e sugestões, que podem ser enviadas ao endereço abaixo:

DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos, Recife, PE. CEP: 52071-440. Tel.: (081) 3073-6464. Fax: (81) 3073-6483
E-mail: inpsoc@fundaj.gov.br – Home Page: <http://www.fundaj.gov.br>

DE CLANDESTINOS A EMPREENDEDORES (Reflexões em torno do setor informal)¹

Maria do Socorro Pedrosa de Araújo*

Vinte e seis de janeiro de 2008, sábado que antecede a semana do carnaval. O bairro de Casa Forte, no Recife, amanhece preparando-se para servir de palco para mais uma prévia carnavalesca que reúne a cada ano que passa uma quantidade maior de foliões. Nesse dia desfilam pelas ruas do bairro as troças carnavalescas *A Turma da Jaqueira Segurando o Talo* e *Pisando na Jaca*, que antecipam o carnaval no bairro. A Praça de Casa Forte – uma das mais bonitas do Recife, com projeto paisagístico de Burlle Marx, e um referenciado espaço de lazer para os moradores do bairro e de bairros vizinhos – amanhece circundada de vendedores ambulantes que, desde cedo, ou até de véspera, disputaram espaços que lhes assegurassem êxito nas vendas dos seus produtos – doces e salgados os mais diversos, cachorro-quente, frutas, ornamentos apropriados à época, como máscaras, cocais, apitos, colares, perucas, cangas, abadas, etc., e, em maior abundância, bebidas (água, refrigerantes e as disputadas latinhas de cerveja) – posicionando-se, como diria CERTEAU,² *numa nova forma de fazer; numa nova invenção do cotidiano – que se inventa com mil maneiras de caça não-autorizada*.

Todos se preparam para o início da festa. De um lado, os passistas se ocupam com os ajustes finais nos trajes que, uns mais outros menos, os caracterizarão no Carnaval (pode ser apenas um colar, uma peruca colorida, uns óculos extravagantes, ou fantasias cuidadosamente preparadas para a ocasião); de outro lado, os vendedores tratam de armar toldos ou simplesmente montar barracas, ou posicionar carrinhos e tabuleiros nos quais são expostos os produtos destinados à venda. Os passistas, na expectativa de alcançarem a alegria proporcionada pela brincadeira; os vendedores, na esperança de conseguirem chamar a atenção dos transeuntes.

A pesquisadora, observadora desse movimento, sai a conversar com os vendedores e a registrar o que ouve. No íterim da observação, fica a lembrar o que questionara Lauro Ramos³ a respeito da informalidade: *deveríamos incluir tal abordagem dentro do chamado 'culturalismo'?*, e a lembrar também para o que alertara Clóvis Cavalcanti⁴, há três décadas, quando chamou a atenção para a necessidade de *uma política que partisse de uma estratégia global de desenvolvimento para afetar especificamente o setor informal, identificando, de início, as áreas do setor que ocupam magnitude apreciável de pessoas, em seguida, aquelas que apresentam maior dinamismo, as que revelam importância econômica substancial e as que exibem potencial claro de futuro desenvolvimento*.⁵

¹ Texto feito com dois objetivos: resgatar um tema que constituiu uma das principais linhas de pesquisa da FUNDAJ, e que atualmente tem sido bastante realçada por instituições acadêmicas e de pesquisa; aprofundar a reflexão em torno de questões que deverão constituir objeto de um futuro projeto de pesquisa.

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

³ RAMOS, C. A. (2007).

⁴ Pesquisador da FUNDAJ, um dos pioneiros das pesquisas sobre o Setor Informal no Nordeste.

⁵ CAVALCANTI, Clóvis. *A Viabilidade do Setor Informal – a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. 2ª ed., Recife: Editora Massangana: SUDENE/FUNDAJ. 1983.



Fotos: Cláudio d'Amorim

Introdução

Trabalhadores clandestinos, trabalhadores informais, trabalhadores por conta própria, trabalhadores de rua, empreendedores informais. Diferentes formas de nomear parcelas expressivas da força de trabalho que têm em comum a iniciativa de buscar, elas próprias, os meios necessários à sua sobrevivência, sem respaldo legal e sem a proteção social do Estado, gerando um conjunto de atividades genericamente chamadas *Informais* – atividades que, desde 1972, após a publicação pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de relatórios a respeito das condições de trabalho no Quênia e em Gana, na África, vêm constituindo o objeto de estudos de pesquisadores e ponto de pauta das políticas e do planejamento urbano na América Latina e, particularmente, no Brasil.

Esses inúmeros estudos realizados serviram para, de um lado, esclarecer muitos aspectos relacionados aos trabalhadores informais, espalhados pelas cidades de países caracterizados pelas desigualdades sociais e pela pobreza, e que hoje também aparecem em países industrializados, e, de outro lado, para evidenciar o fracasso das inúmeras tentativas de evitar a sua expansão ou organizá-los de acordo com a ótica da formalidade.

Essas atividades foram tratadas, inicialmente, no âmbito de uma visão dualista segundo a qual se situavam, de um lado, as atividades informais – não-vinculadas ao modo de produção capitalista, representantes de um setor tradicional constituído de pequenas unidades de produção caracterizadas pelas relações de trabalho não-assalariadas – e, de outro lado, as atividades ligadas às grandes unidades de produção, dotadas de tecnologia moderna, relações de trabalho assalariadas e constituintes do setor formal da economia. Posteriormente, outras interpretações foram construídas, a fim de explicá-las como fenômeno estrutural do modo de produção capitalista, adaptado à realidade dos países subdesenvolvidos, possuidores de mão-de-obra abundante e em expansão.

+Assim, a partir daquele marco temporal – 1972 – passou-se a produzir estudos e pesquisas que permitiram um acúmulo expressivo de conhecimento a respeito da questão e, em conseqüência, uma compreensão mais apurada a seu respeito. Ações públicas foram implementadas em diferentes cidades, com vista a disciplinar ou reprimir esse tipo de atividade,⁶ mas o fato é que nenhuma delas pode ser apontada como exitosa. Apesar da vigilância mantida para inibir ou evitar a ocupação das vias públicas por trabalhadores informais, vez por outra ações repressivas são implementadas com tal finalidade.

Decorridas várias décadas, mudanças aconteceram na economia (globalização), no mundo do trabalho (o setor de serviços supera o setor industrial) e nas relações trabalhistas (maior nível de flexibilização); novos padrões de consumo foram estabelecidos (diversidade de produtos e acessibilidade a eles devido à abertura dos mercados); outras atividades, principalmente nos setores de comércio e serviços, se consolidaram (a exemplo do turismo e da venda de produtos pirateados). Em meio a tudo isso, o contingente de informais só fez aumentar e firmar-se como uma das características mais marcantes do mercado de trabalho no Brasil. Em 2003, a soma dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria correspondia aproximadamente à metade da força de trabalho brasileira.⁷ De acordo com dados de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), *80% dos postos de trabalho criados na década de 1990, no Brasil, foram no setor informal e 60% dos trabalhadores estavam nesse setor da economia. Acrescentam: a previdência não vale para essas pessoas; elas estão fora dos empregos ditos protegidos; estão fora da proteção social do Estado e fora das políticas públicas de emprego; e representam mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA).*⁸

Outros estudos mais recentes (a partir da década de 1990) comprovam o crescimento da informalidade no país, o que permite dizer que a economia informal é responsável pela sobrevivência de metade da população ocupada no Brasil e consolida a compreensão de que não se trata de um fenômeno transitório na economia brasileira, particularmente de suas regiões metropolitanas.⁹ Diante desse contexto, justifica-se prosseguir com a reflexão sobre

⁶ A título de exemplo, podem ser citadas as experiências da *Operação Camelô* – uma tentativa feita em 1993, que teve como objetivo acabar com essas atividades em determinadas ruas centrais do Recife e consistiu numa ação repressiva aos comerciantes de rua no centro do Recife, destruindo documentos e confiscando mercadorias – e do *Calçadão dos Mascates*, conhecido como *Camelódromo*, uma outra tentativa, infrutífera, de disciplinar o comércio de rua no centro da cidade.

⁷ REIS, Maurício C. & ULYSSEA, Gabriel. 2005.

⁸ In: www.unb.br/acs/unbagencia/ag1202-02.htm

⁹ Ver a esse respeito: REIS, Maurício C. & ULYSSEA, Gabriel, Op. Cit.; MELO, Hildete P. & TELES, Jorge Luís, In: *Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. Texto para Discussão, n. 773, IPEA, dez. de 2000; RAMOS, Lauro, In: *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano*. Texto para

essa questão, de modo a incorporar outras concepções que extrapolam aquelas restritas ao campo da economia, que vinculam a existência das atividades informais à industrialização tardia, ao desequilíbrio do mercado de trabalho, etc. Nessa perspectiva, a informalidade começa a ser vista, também, como uma manifestação histórico-cultural, ou como produto de uma escolha individual, numa compreensão desprovida de qualquer conteúdo anarquista que defenda a ausência de regulação oficial.

De clandestinos a empreendedores

O entendimento sobre o tema é que existe uma relação entre a evolução da organização do trabalho, o crescimento da economia informal e os aspectos psíquico-sociais e culturais, estes últimos de difícil mensuração e ignorados pelo planejamento.¹⁰ Do ponto de vista da organização do trabalho, verifica-se uma tendência que aponta em direção ao trabalho flexível, o que possibilita a externalização de parte dos custos da produção e a subcontratação. A automação do processo produtivo, ao reduzir a importância da fábrica como unidade absorvedora de mão-de-obra, permitiu que o setor industrial fosse suplantado pelo setor de serviços. Por algum tempo, alguns economistas acreditaram que o setor de serviços absorveria esses excedentes de mão-de-obra do setor industrial, mas a evidência foi outra: os investimentos econômicos concentram-se nos chamados setores de ponta e, com isso, mesmo em se tratando de um setor tradicionalmente visto como o que mais absorve mão-de-obra, o setor de serviços não conseguiu contribuir significativamente para o aumento do emprego formal, uma vez que, como se sabe, os serviços de ponta não empregam; o que emprega é o serviço precário. E o setor de serviços absorve justamente porque precariza. Assim, parte do emprego saiu de dentro das fábricas e foi para as ruas.

A reflexão em torno de tudo isso leva a concluir que as conhecidas proposições de políticas de emprego contradizem a forma como a realidade evolui, e que novas leituras dessa realidade necessitam ser construídas e discutidas com o objetivo de viabilizar um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo e compatível com as características psíquico-sociais da nação. Naturalmente, isso implica mudanças estruturais no modo de interpretar a sociedade e na construção de uma nova forma de convivência social. Para que isso aconteça no mundo do trabalho, o setor informal precisa ser visto como parte legítima do sistema produtivo, aquele que contribui com parcela considerável do emprego de metade, ou quase isso, da população economicamente ativa do país e para a formação da renda nacional. Falta aplicar para o setor informal o que CERTEAU chamaria de *um reconhecimento de paternidade, pois ele é filho do sistema hegemônico*,¹¹ ou, talvez, o reconhecimento de uma característica específica da força trabalho ainda não devidamente estudada.

Flexibilidade de horário, inexistência de “patrão” e de imposição de normas disciplinares, expectativa de aferir ganhos mais altos, etc., já foram identificadas, mediante inúmeros estudos e pesquisas realizados ao longo de mais de três décadas, como fortes motivações para a permanência na informalidade. Até já se disse que *o setor informal também precisa ser visto como o lugar da liberdade, da inventividade, da originalidade; como o lugar onde*

Discussão, n. 914, IPEA, nov. de 2002; THEDIM, Manuel, In: *Diagnóstico da economia informal de São Paulo*, IETS, jul. de 2006.

¹⁰ MILTON SANTOS (1996), ao analisar os fenômenos urbanos, já lembrava que *as cidades são coisas movidas pela ação humana, e a abordagem urbanística é uma intervenção sobre coisas*.

¹¹ CERTEAU, Michel. 1994.

*tudo pode estar presente,*¹² muito embora haja quem discorde disso, a exemplo do pesquisador da Universidade Nacional de Brasília, Mário Theodoro, para quem *existe uma romantização do setor informal no que diz respeito à sua capacidade criativa e de mudança.*¹³

Naturalmente, não se pretende, aqui, desvincular o setor informal das questões econômicas, mais especificamente do desequilíbrio entre a demanda e a oferta de trabalho. As pesquisas mostram que boa parte das pessoas está no setor informal porque não encontra espaço no mercado de trabalho formal. No entanto, as pesquisas também revelam um percentual significativo de trabalhadores que dizem estar no informal por opção.¹⁴

Mas, haverá novas razões ou novos atrativos que motivam as pessoas a buscarem, elas próprias, a forma de assegurar a sua sobrevivência? A que se deve a multiplicação criativa de diferentes formas de produção e comercialização de distintos produtos e serviços? Quais os tipos de acordos, parcerias ou regras de convivência que são estabelecidos entre os mercados de trabalho formal e informal, a fim de garantir uma convivência *pacífica*? Qual o grau de complementaridade existente entre atividades formais e informais? Quais as redes que possibilitam a aquisição e o escoamento de produtos e serviços, inclusive os mecanismos de crédito e consignação?

Essas são questões que requerem novos estudos, baseados em metodologias qualitativas, afastadas das costumeiras sondagens estatísticas, dos cálculos econométricos, e, sobretudo, de pressupostos que continuem a tratar as atividades informais como fenômeno de exclusão social ou econômica. O grande desafio, portanto, pode ser aceitá-las como parte integrante do sistema e encontrar formas de aproveitar o grande potencial de empreendedorismo que nelas existe, a expressiva contribuição que podem trazer para a previdência social e a extensão dos benefícios sociais para a grande massa de trabalhadores que delas vivem.

No texto publicado sob o título *Setor informal merece mais atenção*, estudiosos da UnB alertam para *o abandono de trabalhadores do setor e avisam que a previdência não agüenta com a ausência deles,*¹⁵ ou seja: no setor informal pode estar a única saída possível para o sistema previdenciário brasileiro e, assim, o que era, ou é, *problema*, passa a ser *solução*.

Mas, voltando ao mote inicial, QUEM ESTAVA NA PRAÇA, NAQUELE SÁBADO DE JANEIRO? Lá estavam os vendedores de: adereços carnavalescos (máscaras, enfeites para a cabeça, saias desfiadas), cachorro-quente, salgadinhos (coxinhas de galinha, pastéis, bolinhos), bebidas diversas (água, refrigerantes e, principalmente, cervejas), queijo de coalho e espetinhos de carne e salsicha, laranjas descascadas e melancias em pedaços.

¹² SANTOS, Milton (1996).

¹³ In: www.unb.br/acs/unbagencia/ag1202-02.htm

¹⁴ Ver: *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. FUNDAJ, 1992.

¹⁵ www.unb.br/acs/unbagencia/ag1202-02.htm



Foto: Cláudio d'Amorim

QUEM ERAM ELES?

Um dos que vendiam frutas era um ex-assalariado que há mais de vinte anos trabalha por conta-própria vendendo laranjas descascadas na hora, prontas para serem consumidas. Durante a semana, ele tem um ponto certo para armar o seu tabuleiro: a porta de um hospital no bairro do Parnamirim. Nos finais de semana, trabalha em qualquer lugar onde haja uma festividade. Nesses dias, principalmente quando as festas acontecem durante o dia, o trabalho é bem mais rentável, pois, segundo o seu refrão, *a laranja além de ter vitamina C combate a sede*. No início, ele foi trabalhar nas ruas porque não conseguiu emprego, mas, depois que se acostumou com o esse tipo de trabalho e viu que conseguia *arrumar o sustento*, nunca mais pensou em *ser cativo*. Hoje, com mais de sessenta anos, continua no seu ponto fixo, na calçada do hospital, indo atrás das festas onde quer que elas aconteçam.





Fotos: Cláudio d'Amorim

Dos que vendiam adereços carnavalescos, dois eram irmãos, vendiam máscaras e enfeites para a cabeça, que eles aprenderam a confeccionar com o pai, praticante do mesmo ofício. No período do Carnaval, eles trabalham com esses adereços; passado o carnaval, procuram adequar os produtos que vendem às festividades da ocasião. Um deles estava de passagem comprada para ir a Salvador, na semana seguinte, levando os seus adereços para comercializar atrás dos trios baianos. O outro permaneceria no Recife. De adereços carnavalescos também se ocupava uma artesã, que ofertava ornamentos mais bem elaborados para enfeitar a cabeça dos foliões. Esta última era proprietária de um ateliê numa rua central da cidade, onde permanecia confeccionando e comercializando os seus produtos, atenta às festividades que acontecem nos diversos pontos da cidade.





Fotos: Cláudio d Amorim

Um dos que vendiam cachorro-quente e cerveja, acompanhado da esposa, ocupava uma esquina da praça, onde havia estacionado o seu carro já adaptado a esse tipo de comércio: uma mala bastante espaçosa, onde estavam expostos diversos tipos de salgados (coxinhas, pastéis, empadas), um forno microondas e uma máquina para fazer sanduíches alimentados por gambiarra. Ainda jovem, havia trabalhado numa empresa privada, *com carteira assinada e tudo*, mas há três anos desistira de *trabalhar para os outros*. Associou-se ao Sindicato dos Ambulantes e, junto com a esposa, acompanhava a agenda de eventos da cidade para estar presente em todos eles com os seus produtos para venda. Quando os eventos acontecem em locais *mais nobres* e seguem um determinado modelo de organização estabelecido pela Prefeitura, como, por exemplo, certos *shows* que acontecem no Marco Zero ou em outros locais do centro da cidade, ele costuma inscrever-se no Sindicato para submeter-se ao sorteio mediante o qual um determinado número de ambulantes adquire o poder de ocupar pontos mais privilegiados para, com o aval da Prefeitura, colocar os produtos destinados à venda mediante o pagamento de uma pequena taxa. Quando acontece não ser sorteado, ele se posiciona nas proximidades, preferencialmente em um local onde haja um fluxo maior de pessoas. Segundo disse, *assim vai vivendo, mantendo a família com uma certa tranquilidade, porque não tem faltado evento na cidade; é difícil o final de semana em que não tem uma festa; quando não é no centro, é num bairro. Quando não tem festa, tem jogo*. E então ele arremata: *assim vou vivendo com tranquilidade: descanso, trabalho e me divertir, tudo ao mesmo tempo; faço o que gosto e não dependo de ninguém*.

Os depoimentos dos três outros vendedores de produtos assemelhados (doces e salgados) seguiram, mais ou menos a mesma linha de raciocínio. Um deles era um funcionário público da Prefeitura de Olinda, o qual já há algum tempo costuma complementar a renda com o que ganha no trabalho informal. Embaixo de um toldo armado desde a noite anterior,

para garantir um ponto bom, e atrás de uma mesa repleta de doces e salgados variados preparados, sob encomenda, por uma vizinha, ele dizia que, quando os eventos acontecem em Olinda, ele já tem ponto fixo pelo qual paga uma taxa de R\$ 10,00 (não disse a quem). Quando o evento coincide com o horário de trabalho, ele não tem problema, porque todo mundo tem conhecimento dessa sua atividade, e os colegas dão cobertura à sua ausência. Quando o final de semana é muito cheio de eventos, ele tira a segunda-feira pela manhã para descansar. Conclui dizendo que está muito satisfeito, pois consegue se virar bem com as duas atividades.

A vendedora de lanches (coxinhas de galinha) há seis anos trabalha nesse ramo do comércio informal. Mora sozinha com os dois filhos e praticamente sustenta a família com o rendimento de suas vendas, pois o marido dá apenas uma pequena ajuda mensal. Não paga aluguel de casa, e o que ganha dá suficiente pra comer, vestir e viver. Trabalha de terça a domingo. Nos finais de semana sempre há uma festa em algum bairro da cidade ou algum jogo de futebol nos domingos. Nos demais dias, costuma fazer ponto numa calçada em frente a um colégio localizado no bairro de Casa Amarela.





Fotos: Cláudio d'Amorim

A maioria dos vendedores da praça, naquele dia, comercializava cerveja. Uns portavam isopores de tamanho grande, colocados em cima de carros-de-mão com os quais acompanhariam os blocos carnavalescos quando passassem. Outros tinham uma quantidade menor de *latinhas* arrumadas em isopores de tamanho médio, presos a alças de náilon que, enlaçadas ao pescoço dos rapazes seriam mais facilmente transportadas. Mas havia também kombis estacionadas ao longo do calçadão da praça, carregadas do produto, ou toldos que protegiam os grandes depósitos de cerveja que permaneceriam no local durante todo o dia, funcionando como *centro distribuidor*, pois abasteciam muitos dos que utilizavam os isopores pequenos, com quantidades menores. Em meio a esse número maior de vendedores, encontravam-se: assalariados que costumavam complementar a sua renda com esse tipo de atividade; desempregados que estavam apenas fazendo um *bico* enquanto conseguiam um emprego fixo; e dois que chamavam a atenção pela quantidade maior de unidades destinadas à venda: o dono de um carro utilitário e o dono de um toldo grande e muito bem montado. O primeiro disse ser assalariado, trabalhar num sistema de horário de 12 por 24 horas, e estar muito mais satisfeito com esse ramo de atividade, pois, segundo ele, *festa nesta cidade é o que não falta e, como todo mundo sabe, ninguém brinca sem cerveja*. Além disso, as vendas de cerveja asseguram-lhe uma renda maior que a do trabalho fixo, pelo qual recebe apenas um salário mínimo. O segundo também explicitou a sua satisfação com a atividade ao dizer: *estou nela há quatro anos, não faço outra coisa, nunca me faltou o trocado no bolso nem a comida na mesa, e, o que é melhor, trabalho me divertindo; não tem uma semana que não tenha onde vender*.



Foto: Cláudio d'Amorim

Os dois últimos entrevistados sabem tirar partido das mudanças ocorridas no comportamento coletivo, descritas com bastante propriedade pelo cientista político Luciano Oliveira no artigo *O Som e a Fúria*, publicado no *Jornal do Commercio* em janeiro deste ano: *Vivemos hoje em dia uma festa o tempo todo! O carnaval começa assim que irrompe o ano-novo e não termina mais na Quarta-feira de Cinzas. A Quaresma desapareceu e a Páscoa virou uma folia igual às outras. Aí vem o ciclo junino. Cada estado tem o seu 'maior São João do Mundo'! ... Sem exagero, o Brasil virou uma festa permanente! ...* Mas o articulista alerta também para o fato de tal comportamento não acontecer ao acaso, e lança a sua tese: *Essa festa o ano inteiro não se explica apenas pela alma alegre do nosso povo, há nela algo bem mais estrutural.* E a partir daí ele prossegue com a sua reflexão acerca das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, que, nas palavras do autor, nos trazem *esse enorme contingente de pessoas vagando entre atividades temporárias.*¹⁶



¹⁶ OLIVEIRA, Luciano. *O Som e a Fúria*. *Jornal do Commercio*, Cd. Opinião, 15/01/2008.



Fotos: Cláudio d'Ámorim

Considerações finais

A retomada das pesquisas e discussões acerca das mudanças que vêm acontecendo no mundo do trabalho certamente trará novas idéias acerca de uma nova organização ou regulamentação contextualizada historicamente e compatível com a ordem social desejada. O modelo econômico, caracterizado, de um lado, por uma grande quantidade de empresas de médio e grande porte, e, de outro, por um universo de mão-de-obra vista como mercadoria, engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda do mercado de trabalho, foi substituído por um outro modelo no qual predominam grandes conglomerados econômicos (corporações multinacionais, industriais e financeiras) e um padrão tecnológico avançado, que dispensa o uso intensivo de mão-de-obra, no caso do Brasil, só absorve metade da força de trabalho que se encontra em atividade. Além disso, esse modelo hegemônico possui duas outras características de grande impacto no conjunto dos trabalhadores: baixos salários e insegurança do emprego, ambos devidos à mobilidade do mercado mundial, que permite às grandes empresas fazerem realocações de suas fábricas, ou seja, transferirem unidades de produção de determinados locais para outros que lhes propiciem o corte de gastos com os custos de mão-de-obra e, assim, permitam organizar a produção onde os custos forem menores.¹⁷

Essas questões, como outras já citadas, trazem novas provocações quanto à forma como o trabalho se encontra organizado e o grau de afinidades de tal organização com a realidade. A imersão num mundo globalizado, a hegemonia dos grandes conglomerados industriais, financeiros e também de serviços, a mobilidade das empresas, tudo isso é fato incontestável. O grande desafio é saber como viver imerso nesse mundo e, ao mesmo

¹⁷ Exemplo disso são as chamadas empresas *Maquiladoras*, existentes no norte do México, que apenas montam alguns produtos, utilizando trabalhadores que recebem salários bem menores que os pagos no mercado norte-americano.

tempo encontrar alternativas para os excluídos do sistema, principalmente quando esses excluídos equivalem à metade da força de trabalho ativa.

Frente a tal dimensão, a formalidade, a legalidade e a legitimidade do trabalho não podem mais estar vinculadas à existência de carteira profissional assinada, à contribuição para a previdência oficial, ao recebimento de mais de 1 salário-mínimo. Todo lugar é lugar de trabalho. Regulamentado, o trabalho, esteja ele onde estiver, contribui para a contabilização mais precisa do Produto Interno Bruto (PIB) e da Renda Nacional, para aumentar a arrecadação da previdência social e para estender a seguridade social a todos os trabalhadores. Isso contraria, de fato, imperativos como, por exemplo, a redução do tamanho do Estado, vista como fundamental para enfrentar as leis do mercado mundial, onde só sobreviverão os países competitivos, mas, por outro lado, vai ao encontro de uma nova compreensão que vincula o desenvolvimento aos níveis de qualidade de vida da população.

Uma nova compreensão que resulte em mudanças no tratamento de questões tidas como estruturais – que não dependem de acontecimentos passageiros, mas que estão relacionadas às formas como se estruturam uma sociedade e uma economia – implicam desafios. No caso específico do setor informal, particularmente no que diz respeito a ramos específicos como o que motivou este texto (o comércio informal), a descoberta de novos mecanismos de controle e disciplinamento, assim como as mudanças na legislação vigente exigirão esforços adicionais da parte de planejadores urbanos e gestores públicos. No entanto, só a partir de uma nova compreensão e de uma política de inclusão condizente com a realidade social, o trabalho terá o seu devido lugar e os trabalhadores a sua dignidade: EM VEZ DE CLANDESTINOS, EMPREENDEDORES.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria do Socorro. *Articulações entre os setores formal e informal – o caso das oficinas mecânicas de automóveis*. Dissertação de mestrado, UFPE / MDU, 1990

BRAGA, Thaiz Silveira. *O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife*. Texto mimeografado.

CAVALCANTI, Clóvis. *A Viabilidade do Setor Informal – a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. 2ª ed., Recife: Editora Massangana: SUDENE/FUNDAJ, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FUNDAJ. *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. Relatório de pesquisa. Recife, 1992.

FUNDAJ. *OPERAÇÃO CAMELÔ: uma tentativa de disciplinamento do uso do espaço urbano* FUNDAJ/CESURB. 1993.

FUNDAJ. *O Comércio de Rua e o Calçadão dos Mascates*. FUNDAJ/PCR. 1995.

MELO, Hildete P. & TELES, Jorge Luís, In: *Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. Texto para Discussão, n. 773, IPEA, 2000.

RAMOS, Carlos Alberto. *Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política*. In: Econômica, Rio de Janeiro, 2007.

RAMOS, Lauro, In: *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano*. Texto para Discussão, n. 914, IPEA, 2002.

REIS, Maurício C. & ULYSSEA, Gabriel. *Cunha Fiscal, Informalidade e Crescimento: algumas questões e propostas de políticas*. In: Texto para Discussão, n. 1068, IPEA, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

THEDIM, Manuel, In: *Diagnóstico da economia informal de São Paulo*, IETS, 2006.

TRABALHOS PARA DISCUSSÃO 2008

N. 199/2007

Título: Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a abordagem biográfica, instrumento da pesquisa educacional e da formação: contribuição da Escola de Chicago e do Interacionismo Simbólico

Autor: José Batista Neto

Dezembro/2007

N. 200/2008

Título: Migração e emprego precário na atividade de confecções em dois contextos distintos: São Paulo (SP) e Toritama (PE)

Autores: Renato Duarte e Wilson Fusco

Março/2008

N. 201/2008

Título: Traçando o mapa, armando o diálogo: a produção do conhecimento do Departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco – 1980/1995

Autora: Janirza (Jana) Cavalcante da Rocha Lima

Março/2008

N. 202

Título: Vitória de Eduardo Campos (PSB) o fim de um ciclo político em PE

Autor: Túlio Velho Barreto

Abril/2008